



**Michele Lins Aracaty e Silva  
(Organizadora)**

---

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Amazônia:  
Aspectos Singulares Para  
O Desenvolvimento Regional**

Michele Lins Aracaty e Silva

# Amazônia: Aspectos Singulares Para O Desenvolvimento Regional

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S586a Silva, Michele Lins Aracaty e.  
Amazônia [recurso eletrônico] : aspectos singulares para o desenvolvimento regional / Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-249-4

DOI 10.22533/at.ed.494191004

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Título.

CDD 338.9811

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

É com um misto de alegria e satisfação que apresentamos essa obra produzida com carinho e com o esforço de todos os participantes. O livro *Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional*, disponibiliza no seu corpo a contribuição de professores, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos temas ligados ao Desenvolvimento Regional tendo a Amazônia como seu objeto de estudo.

Os dez artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de casos, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser professor, pesquisador e aluno.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional, ficamos abertos as sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva  
Manaus, 2018.

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente.  
Quem sobrevive é o mais disposto à mudança”  
Charles Darwin

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS	
Marcela Fróes da Costa Mauro Maurício Barbosa Lucas Michele Lins Aracaty e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>19</b>
A FRUTICULTURA NO AMAZONAS: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Isadora Conceição Trindade Pires Izabel Cristina Costa de Souza Judilene Sarmiento Fernandes Manoel Carlos de Oliveira Júnior Willian Carneiro Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL INDUSTRIAL E CIDADES INTELIGENTES	
Michele Lins Aracaty e Silva Nerine Lúcia Alves de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
MANEJO PARTICIPATIVO DO PIRARUCU COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS	
Fábio Rodrigues Felipe addor Núbia gonzaga Sidney lianza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Michele Lins Aracaty e Silva Taisa Vanessa de Sousa Colares Tiago Sampaio Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>76</b>
ELEMENTOS SOCIOTÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM ENTREPOSTO AVÍCOLA	
Erasmus Moreira de Carvalho Juliano Cristhian Silva Osmar Siena Saiane Barros de Souza Thelma Jakliny Martins Arruda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>91</b>
PRÁTICAS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM UMA RESERVA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Flávio de São Pedro Filho	
Raul Afonso Pommer Barbosa	
Rwrsilany Silva	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>108</b>
SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)	
Mariluce Paes de Souza	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
Theophilo Alves de Souza Filho	
Thiago José Sampaio Kaiser	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>124</b>
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM	
Katia Viana Cavalcante	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Tassio Franchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4941910049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>137</b>
RETRATO DAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES EM APP EM MANAUS: O CASO DO BAIRRO NOVA VITÓRIA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Suelânia Cristina Gonzada de Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.49419100410</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>148</b>
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	<b>149</b>

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM

**Katia Viana Cavalcante**  
**Michele Lins Aracaty e Silva**  
**Rute Holanda Lopes**  
**Tassio Franchi**

**RESUMO:** A criação de regiões metropolitanas, prevista na CF de 1988, se faz necessária visto o atendimento de demandas político-administrativas municipais de forma a buscar uma melhor alternativa para gerir recursos públicos e conciliar as regiões urbanas desenvolvidas e as regiões rurais com latentes problemas sociais, econômicos e estruturais. A RMM inserida na dimensão amazônica e com uma concentração socioeconômica em Manaus apresenta como desafio diário a conciliação entre o polo produtivo e o os municípios que a compõem, uma vez que estes desempenham o papel fundamental de fornecedores de produtos primários e por vezes mão-de-obra produtiva. Assim, realizou-se um estudo bibliográfico e documental, tendo como base o plano diretor da RMM, com o uso do método descritivo e explicativo de forma a alcançar o objetivo da discussão. Dado o elevado desafio de promover o desenvolvimento regional na imensidão amazônica com foco na conciliação das disparidades municipais atrelada à baixa infraestrutura, falta de planejamento urbano e ausência de serviços básicos de assistência

à população é imprescindível a elaboração de políticas públicas direcionadas a ações estratégicas aproveitando as potencialidades regionais de forma a alcançar o tão almejado desenvolvimento regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Regional; Amazônia; Plano Diretor da RMM.

### INTRODUÇÃO

As cidades na Amazônia brasileira são particulares em diversos aspectos quando comparadas às demais cidades do Brasil. Entretanto, para atender à legislação pública, a CF de 1988 e a gestão administrativa bem como os repasses e isenções fiscais surge a necessidade de se criar uma Região Metropolitana, é o caso da Região Metropolitana de Manaus – RMM., formada pelos municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Novo Airão (ver Mapa 1), que possui uma espacialidade peculiar composta de grande extensão territorial com grandes vazios populacionais entre os seus centros urbanizados que totalizam oito municípios. Dentre esses centros urbanos Manaus abriga mais de 80% da população metropolitana, além de concentrar a produção industrial, sendo está

sua grande atratividade.

Além da capital, as cidades de Itacoatiara e Manacapuru também se apresentam como polos atratores devido a sua localização e maior desenvolvimento urbano (SCHOR, 2007), proporcionando maior infraestrutura urbana e de serviços para atendimento da população local e dos municípios circunvizinhos. Com exceção de Manaus, os demais municípios têm a característica de serem responsáveis pelo fornecimento de produtos agropecuários e pela oferta de mão-de-obra para a capital.

Esses municípios, mesmo estando próximos à capital, apresentam um grau de desenvolvimento muito menor e grande fragilidade econômico-social, devido à escassez de agentes geradores de renda e a facilidade de migração. Esse quadro se agrava ao afastar-se do perímetro urbano destes municípios em direção as diversas comunidades rurais que estão localizadas as margens de rios e/ou estradas e vicinais. Nesses locais, o acesso a bens e serviços torna-se muito difícil, as expectativas diminuem e aumentam os riscos sociais.

As cidades menores, bem como as pequenas comunidades<sup>1</sup> quase sempre são pequenos núcleos com pouca infraestrutura, e tendo como principal fonte de renda os repasses dos governos estaduais e federal. Embora possuam “núcleos urbanos”, a população se dedica às atividades rurais como agricultura, pesca e extrativismo, dispondo de pouca, ou nenhuma, infraestrutura de apoio para o beneficiamento da produção, vendida *in natura* para atravessadores.

E, dessa forma não é mais possível falar do rural e do urbano com as mesmas peculiaridades, essa nova realidade cede lugar as chamadas ruralidades e urbanidades, que ocorrem justamente quando essas áreas passam a influenciar na maneira de viver, nos costumes, nas ações e organização do espaço. Sendo necessário, portanto, o fortalecimento econômico e aparelhamento social destes núcleos. De forma que haja um equilíbrio urbano-rural entre os municípios que compõem a RMM, como forma de reduzir e em alguns casos inverter o fluxo migratório rumo a capital. Mantendo, por conseguinte a cultura e os laços do homem rural/ florestal com a terra/ floresta. Desta forma o escopo deste texto é caracterizar o habitat das principais comunidades relacionando-as com os eixos do Plano Diretor da RMM, e, apresentando de forma livre, os dilemas à real integração destas comunidades na RMM.

## DISPARIDADES REGIONAIS

De um modo geral, o crescimento urbano deixou de ser do tipo cidade primaz para dar lugar à urbanização regional. Especialmente identificou-se: a substituição do padrão dendrítico pelos eixos viários. Como resultado, obteve-se a concentração dos núcleos urbanos ao longo dos dois eixos: fluvial e viário, desenhando um

---

<sup>1</sup> Comunidades são unidades político-administrativas onde se agregam principalmente grupos de parentesco por consanguinidade e afinidade (CAVALCANTE, 2013).



macrozoneamento regional. Esses núcleos urbanos diferem entre si:

(i) os criados às margens das estradas, que se constituem nas novas espacialidades urbanas da Amazônia a partir dos anos 1970, em decorrência da construção de novos eixos de circulação, que são os vetores de expansão da fronteira onde projetos de colonização e desenvolvimento públicos e privados são instalados;

(ii) os núcleos tradicionais as margens dos rios, em sua grande maioria, pequenas cidades que tem suas dinâmicas atreladas a floresta e a água.

Tanto nas pequenas cidades dos beiradões, como nas comunidades localizadas em vias secundárias, percebe-se uma série de ausências: serviços, espaços de lazer, informação, saneamento urbano, educação de qualidade, atendimento médico e odontológico regular, dentre outros que estruturam condições dignas de vida. A problemática da oferta de serviços no Amazonas é, sobretudo, uma questão de acessibilidade, não podemos perder de vista a extensão territorial do Estado e seus gargalos na rede de transportes.

## O EIXO ESTRADA

Dentro da RMM a realidade atual apresenta estrutura de rodovias estaduais e federais que dão acesso às vias secundárias onde se localizam as comunidades e pequenas propriedades, que são as unidades produtoras que abastecem a capital e a área urbana do próprio município. Essas unidades têm características diversas, podendo ser encontradas lado a lado grandes propriedades com maquinários e tecnologias atuais e propriedades familiares que utilizam técnicas rudimentares e necessitam do apoio do governo para escoamento da produção. Estas pequenas unidades também se apresentam como membros de cooperativas/ associações, de forma a beneficiar-se destas organizações para adquirir equipamentos para escoamento e beneficiamento da produção, agregando valor ao produto final e renda ao pequeno produtor.

Essas comunidades têm características diferenciadas e dividem-se em vicinais que ligam comunidades que também tem acesso ao rio, o centro urbanizado localiza-se a margem do mesmo sendo um elo de acesso aos ribeirinhos e aos moradores das estradas. Neste centro, moram famílias cujos membros trabalham na rede pública de educação, saúde, entre outros equipamentos sociais disponíveis, bem como famílias que possuem casas na comunidade e áreas cultivadas nos ramais<sup>2</sup> ou ao longo dos rios. Nestas comunidades há um núcleo bem definido com escolas, postos de saúde, unidades de fornecimento de água e energia, telefonia pública, igrejas, mercadinhos,

---

<sup>2</sup> Ramais é o nome local para vias de acesso às comunidades ou propriedades rurais, sendo geralmente de terra e podendo suportar a passagem de veículos, ou não.

entre outros. As casas em sua grande maioria são de madeira ou mista.

De um modo geral, os pequenos agricultores da RMM buscam se inserir na economia regional em resposta às oportunidades e ao acesso a mercados consumidores. A posse da terra e a infraestrutura disponível para processamento e comercialização e o acesso ao mercado consumidor, contudo, permanecem sendo um fator significativo de impedimento no que concerne à rentabilidade econômica e melhoria de condição de vida.

## O EIXO RIO

As cidades e comunidades atreladas ao eixo dos rios tem suas dinâmicas estreitamente associadas ao regime das águas, pois sofrem influências dele em maior ou menor grau. Para compreender isso classificamos esses núcleos urbanos em três categorias de acordo com a sua localização geográfica: Comunidade Insulares; Comunidade de Margem; Comunidades de Terra-firme.

A desagregação da população cabocla do Amazonas analisada em três categorias de acordo com a paisagem – insular, de margem e de terra-firme revela um fato de suma importância. Tanto as populações de várzea como as de terra firme utilizam recursos dos dois ambientes sempre que possível.

Já as residentes de comunidades de terra firme, localizadas próximas às áreas dos lagos também desfrutam de acesso aos recursos aquáticos. Da mesma forma, residentes de comunidades de várzea localizados a margem do rio são favorecidos pelo acesso direto a alguns recursos de terra-firme. Ou seja, os recursos de várzea não são explorados apenas por residentes de várzea e vice-versa. Portanto, a divisão dicotômica entre “várzea” e “terra-firme”, é inapropriada para definir relações entre o acesso e os recursos e, conseqüentemente, estratégias de uso de recursos.

## QUESTÕES ECONÔMICAS

Quando analisadas por categoria de comunidade, a proporção das atividades econômicas apresenta uma variação marcante. A pesca comercial é muito importante nas comunidades insulares. Grau de especialização e de diversificação das atividades é outro diferencial das comunidades. As comunidades insulares apresentam o grau mais elevado de especialização na pesca comercial. A agricultura especializada é mais presente em comunidades de terra-firme. A criação exclusiva de gado não varia entre as diferentes categorias de comunidades. Na verdade, as estratégias econômicas desenvolvidas pelas comunidades de margem são mais similares àquelas observadas em comunidades de terra-firme do que em comunidades insulares.

## LOCALIDADES E EIXOS DE DESENVOLVIMENTO DA RMM

As formações populacionais encontradas no Amazonas e principalmente na Região Metropolitana de Manaus - RMM são constituídas de maneira e com objetivos diferentes. Entretanto ao serem analisadas notam-se características na sua formação que permitem enquadrá-las dentro dos modelos de urbanização existentes na literatura.

Considerando-se os diversos contextos e contingência, identificando padrões espaciais de organização, os maiores adensamentos urbanos, a organização de acordo com sua geografia, história e relações externas. O modelo proposto por Becker (1985) que aponta alguns padrões de urbanização regional, baseando-se na diversidade das relações Estado - sociedade civil, nas formas de apropriação da terra e na organização dos mercados de trabalho: Urbanização espontânea; Urbanização dirigida; Urbanização por grandes projetos, Urbanização em áreas tradicionais; Comunidade Insulares; Comunidade de Margem e Comunidades de Terra-firme.

Com as características de Urbanização espontânea podemos identificar as seguintes aglomerações rurais da RMM:

(i) no eixo Leste: as comunidades ao longo da estrada Manaus/Itacoatiara, com destaque para Lindóia, colônia dos japoneses,

(ii) no eixo Oeste; comunidades ao longo da Rodovia Manuel Urbano e da rodovia de acesso a Novo Airão, com destaque para Manairão;

(iii) Norte-Sul: todas as comunidades localizadas em ramais e/ou vicinais na estrada de Balbina a AM 174, com exceção dos assentamentos. O Marco Zero, no Careiro da Várzea. No tipo de colonização de Urbanização dirigida encontram-se 26 assentamentos. Com destaque para o INCRA/AM que mantém sete projetos de assentamento da reforma agrária: Rio Pardo, Morena, Uatumã e Canoas, localizados no município de Presidente Figueiredo; Iporá e Rainha, no município de Rio Preto da Eva; Tarumã Mirim e Santo Antônio, na região de Manaus. Distrito Agropecuário da Suframa.

Identificamos como Urbanização por grandes projetos as Vilas de Balbina e do Pitinga. Localizadas no município de Presidente Figueiredo. Com essas características de Urbanização em áreas tradicionais encontram-se na RMM Novo Remanso, Vila Engenho, Lago do Limão e todas as comunidades localizadas as margens dos rios.

Com estas características de Comunidade Insulares podemos identificar: Ilha do Careiro, Ilha da Marchantaria, Ilha do Baixio, Ilha da Paciência e todas as ilhas encontradas nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. No padrão de Comunidade de Margem encontram-se todas as comunidades nas margens dos Rios Amazonas e Solimões. Exemplo: Costa do Pesqueiro (Manacapuru), Costa do Marrecão (Manacapuru). As Comunidades de Terra-firme da RMM são: Lago do Limão (Iranduba), Paricatuba (Iranduba), Tumbiras (Iranduba), Tupé (Manaus), Vila do Engenho (Itacoatiara), entre outros.

Estas cidades, vilas e comunidades estão distribuídas nos Eixos de atuação da Região Metropolitana de Manaus - RMM, que foram pensados no Plano Diretor

desta. Eles congregam as seguintes características que norteiam suas necessidades e demandas perante a RMM. Abordando de forma sintética cada um destes eixos podemos traçar o seguinte panorama:

Eixo Manaus - Rio Preto da Eva – trecho de estrada já estabelecido com unidades tradicionais familiares. Caracterizado por sítios e fazendas, com presença de empreendimentos de médio e grande porte como granjas e fazendas. Como investimentos de lazer destacam-se o Resort (Golf), e hotéis fazendas, SPA e clubes de lazer. A tendência nos próximos cinco anos, baseando-se no desgaste do solo e no tipo de relevo que exigem grandes investimentos, é que o padrão de empreendimento deverá ser mantido. Podendo haver uma intensificação nos empreendimentos de lazer e melhoramento nas estruturas existentes, migrando de uma estrutura de propriedades familiares para oferta destes serviços ao público da capital manauara. Nos sítios e chácaras localizados nos ramais ao longo deste trecho deverá haver uma redução na pressão imobiliária, uma vez que com a inauguração da ponte sobre o Rio Negro, parte desta demanda migrará para as áreas rurais de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

Rio Preto da Eva - Itacoatiara – neste trecho destacam-se a presença de sítios, fazendas e áreas de plantação, com tendência a manutenção do estado atual ao longo da rodovia, podendo ocorrer investimentos isolados e fusões de propriedades para expansão de estruturas já existentes. Os distritos de Novo Remanso e Engenho Novo encontram-se em processo de crescimento urbano, com surgimento de bairros a partir de migrantes de comunidades próximas e retorno de moradores de Manaus. Em Novo Remanso os equipamentos urbanos ainda são escassos, limitando-se a escolas, um pequeno hospital, uma agroindústria, pequenos comércios e um pequeno cemitério. Na área rural existem grandes investimentos agrícolas, com destaque para as fazendas de gado, bem como pequenas unidades familiares produtoras de vários produtos em pequena escala. Em Engenho Novo os equipamentos sociais são de menor porte, contando apenas com uma Unidade Básica de Saúde, posto policial e escolas. Encontra-se ainda uma agroindústria operada por uma associação de produtores rurais. Com perspectiva de ampliação dos processos produtivos.

BR 174 – Presidente Figueiredo - estrada com ramais tradicionais nos primeiros 40kms, abrigando comunidades já estabelecidas com acesso principal via estrada, tendo algumas da margem esquerda com acesso via Rio Tarumã. Nestes ramais encontram-se ocupações diferenciadas, com pequenos e médios produtores rurais, fazendas e piscicultura, bem como sítios e chácaras pouco exploradas, operadas por caseiros. No início da estrada, percebe-se a formação de comunidades, criadas a partir de invasões, já com características de bairros urbanos, com estrutura viária, linhas de ônibus e equipamentos sociais como: escolas, posto de saúde, igrejas, comércios, entre outros.

Ainda no primeiro terço da estrada destacam-se os pequenos empreendimentos de lazer e alimentação, nas margens dos diversos igarapés que cortam a BR-174.

A partir do km 40 percebem-se ramais mais recentes e áreas em processo de ocupação, com risco de desmatamento e formação de conglomerados a partir de unidades desocupadas/vendidas por pequenos agricultores sem recursos para torná-las produtivas. Há ainda a crescente ocupação por sítiantes com objetivo de lazer e produção agrícola. Encontram-se ainda ao longo da BR-174 assentamentos do INCRA, com destaque para Projeto de Assentamento do Canoas e a Projeto de Assentamento do Tarumã. Divididas ao longo do ramal encontram-se ainda unidades experimentais de universidades e Centro de Ensino, com destaque para a Fazenda Experimental da Universidade Federal do Amazonas.

Com a implantação de indústrias (ceras Johnson, Weber quatzolit), usina (Central Termelétrica Cristiano Rocha), unidades produtivas (FATEC reciclagem) e construção de galpões desde o trecho final da Torquato Tapajós. A tendência dos primeiros quilômetros da estrada é de intensificação das ocupações com aumento das áreas ocupadas e valorização das propriedades existentes, exercendo pressão sobre as áreas agropecuárias vizinhas. Ao longo da estrada os investimentos em balneários e restaurantes tendem a expandir e fortalecer, com melhorias e ampliações nos espaços e nos serviços, as propriedades de produção rural e os sítios tendem a aumentar. Os ramais tradicionais deverão manter-se com a estrutura atual e os ramais que surgiram a partir das melhorias na BR 174 apresentam tendências expansionistas com risco de intensificação pela ocupação de novas áreas e desmatamento.

Presidente Figueiredo – Balbina – destaca-se a presença de cachoeiras, corredeiras e grutas exploradas comercialmente por seus proprietários, principalmente nos primeiros 15 quilômetros. Ao longo de todo o trecho encontram-se ramais/vicinais que abrigam uma ou mais comunidades formadas por proprietários de pequenas unidades familiares, com baixa produtividade e subsidiadas pela prefeitura no escoamento da produção.

Alguns ramais, os mais afastados, como o São Miguel apresentam produção de carvão, com expansão das áreas desmatadas. O que pode ser uma tendência pelas dificuldades de fiscalização e pela escassez do produto dado a queda na produção de áreas tradicionais, que por serem mais próximas a Manaus tem sua produção inibida pela fiscalização ambiental.

Rodovia Manoel Urbano – Nessa rodovia encontram-se logo dos primeiros quilômetros várias olarias que geram emprego para as populações de cidades vizinhas, bem como para áreas de invasão como o bairro do Mutirão. Após este perímetro possui a característica de unidades agropecuárias familiares e grande número de sítios e chácaras. Com exceção da comunidade na divisa dos municípios de Iranduba e Manacapuru que apresenta um aglomerado urbano com alguns equipamentos sociais. As demais unidades encontram-se nos ramais de acesso as comunidades tradicionais como o Lago do Limão e Paricatuba. A tendência principal na própria Rodovia e nos ramais adjacentes é de valorização das terras, mudança de proprietários e de tipos de uso, já ocasionados pelo aumento demanda a partir da

inauguração da ponte e com perspectiva de intensificação com o passar dos anos. Observa-se uma grande quantidade de propriedades a venda, principalmente nos ramais localizados no município de Iranduba. Outra convergência identificada nessa rodovia é a de multiplicação dos balneários e de estruturas de suporte ao turista que acessa a área com maior frequência devido a facilidade criada com a ponte sobre o rio Negro. Ação desordenada poderá causar impacto ambiental aos igarapés, lagos e nascentes da região.

AM 352 – Novo Airão. Nesta área a maior comunidade é Manairão, com mais de 400 famílias, localizada na divisa com o município de Manacapuru. Nesta estrada prevalecem as pequenas e médias propriedades exploradas por unidades familiares. No município de Novo Airão percebe-se uma redução nas áreas plantadas, pela restrição ao uso da terra o que ocorre, pois, quase todo o município é área de proteção ambiental. No entanto, após a construção da ponte começam a surgir nas margens da estrada novas áreas de ocupação, com desmatamento recente, visando especulação imobiliária.

BR 319 – Careiro da Várzea – Neste trecho destaca-se o Distrito Gutierrez, no Marco Zero da BR-319. A formação dessa comunidade é peculiar, não havendo identificação com as características já apresentadas. A maior parte da comunidade é formada por casas flutuantes ou palafitas acima da cota de inundação do rio. Possui significativa densidade populacional, fomentada principalmente pelo comércio que atende aos usuários da balsa. O processo de ocupação se dá de maneira aleatória e desordenada, à medida que o único entrave para a construção de moradias. Parcelas da população se avolumam ao redor de trapiches ou ainda em flutuantes a margem do rio, sem nenhum terreno, espaço ou propriedade definida. Os migrantes originam-se de áreas alagadas pelas grandes enchentes, de propriedades vendidas para pecuaristas ou parentes de moradores que vêem uma oportunidade de renda no local. Este cenário desordenado tende a expandir-se aumentando os riscos sociais e ambientais, principalmente caso a reestruturação da BR 319 se torne uma realidade nos próximos anos.

## **PLANO DIRETOR MUNICIPAL E O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

De acordo com Oliveira et al (2007), a questão urbana vem demandando estudos e debates, na busca de propostas que possibilitem equacioná-la, de modo a contemplar os cidadãos com atendimentos de serviços de qualidade. A problemática do desenvolvimento passa pelas questões urbanas uma vez que muitos dos problemas nas cidades, sobretudo as de maior contingente populacional, têm raízes no êxodo acelerado nas últimas quatro décadas do Século XX, em consequência de modelos de desenvolvimento equivocados quanto ao atendimento social.

Ainda para a autora (2007), sensível aos problemas urbanos crescentes, os legisladores cuidaram de deixar no texto constitucional de 88 algumas determinações

para serem elaborados Planos Diretores Municipais. Ocorre que somente em 2001 é que a Lei foi regulamentada, trata-se do Estatuto da Cidade em que estatui a obrigatoriedade de alguns municípios elaborarem seu Plano Diretor.

No Brasil, o crescimento desordenado das cidades, influenciado pelo êxodo rural acelerado nos anos 70, trouxe consequências sociais e assimetrias no uso do solo urbano provocando discussões políticas que culminaram com a inclusão inédita, no texto constitucional de 1988, de um capítulo específico para tratar da política urbana. Assim, a Carta Magna do país estabelece no artigo 182 que “a política de desenvolvimento urbano, (...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” e é “executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei”. Há que se considerar que a autonomia do município é limitada, pois sua política urbana se subordina às diretrizes fixadas em lei, neste caso trata-se de lei federal, uma vez que à União compete instituir as diretrizes para o desenvolvimento urbano, o que foi feito pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001 apud Oliveira et. al 2007).

O foco administrativo dos municípios vide constituição de 1988 é sem dúvida um plano diretor participativo que deve ser elaborado e implementado com a participação efetiva de todos os cidadãos.

O processo deve ser conduzido pelo poder Executivo, articulado com os representantes no poder Legislativo e com a sociedade civil. É importante que todas as etapas do Plano Diretor sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas de cada Prefeitura Municipal e por moradores do município. A participação da sociedade não deve estar limitada apenas à solenidade de apresentação do Plano Diretor, em Audiência Pública.

Principal instrumento da política de desenvolvimento urbano, o plano diretor tem como função decidir no espaço urbano os investimentos em habitação, saneamento, transporte e desenvolvimento urbano em geral, além de regulamentar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para políticas públicas de moradia, acesso à terra urbana e combate à especulação imobiliária. Corresponde a um conjunto de regras básicas de uso e ocupação do solo, que orientam e regulam a ação dos agentes sociais e econômicos sobre o território de todo o município. Mais que uma tarefa a ser cumprida pelos administradores municipais, o Plano Diretor Participativo é uma forma de garantir a participação da comunidade nas discussões sobre os rumos de sua cidade e assegurar que essas decisões se mantenham, independentemente das mudanças de administrações municipais.

Nesse sentido, de modo participativo, são apresentados os seguintes objetivos da Leitura Comunitária:

- I. Obter uma leitura da cidade e do município através da visão daqueles que nela vivem e atuam;
- II. Comprometer o cidadão com os destinos de sua cidade;
- III. Envolver as diversas instâncias de poder no diálogo com a comunidade, conferindo legitimidade às manifestações do cidadão;

- IV. Capacitar a população para os temas de planejamento e Plano Diretor.
- V. Acionar um processo de capacitação da população nos temas importantes de planejamento;
- VI. Contribuir para que a capacitação da equipe da prefeitura seja um processo permanente de planejamento participativo;
- VII. Incorporar ao processo de elaboração do Plano outros saberes, além do técnico.

Ainda para Oliveira et al (2007), nessa perspectiva do desenvolvimento perpassa o papel da interação entre agentes ou atores ou comunidade, destacando-se a importância das relações entre eles. A importância do relacionamento tanto para troca de informações como para o desenvolvimento de atividades conjuntas contribui para a formação do capital social, cujo acúmulo, segundo Toneto Jr. (2004) pode levar a um aumento de eficiência econômica, ampliando a produtividade dos fatores de produção e o crescimento econômico. Para o autor, quanto maior a interação maior tende a ser o capital social, pois a simples articulação/ organização da sociedade, sem qualquer alteração na dotação de fatores, contribui com o desenvolvimento econômico e pode mudar a situação de uma dada região.

Uma abordagem do desenvolvimento que faz ressonância com o que apresenta Furtado (1974), para quem desenvolvimento significa aumento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento. E não há aumento de investimento, numa economia de livre empresa, sem haver também aumento de consumo, e aumento do consumo não pode ser identificado como forma de sacrifício. Ocorre, entretanto, que desenvolvimento também significa criação de expectativa de melhoria para o conjunto da população: ampliação da oferta de ocupação - no campo e nas cidades -, e da mobilidade social. Em síntese: o desenvolvimento projeta-se na consciência do povo como um estado de expectativa permanente da melhoria material.

Avançando nesse conceito Sen (2000) pressupõe um tipo ideal de desenvolvimento, entendido não como expansão econômica exclusivamente, mas também como expansão da educação, da liberdade política, do acesso a saúde, das condições de saneamento, da segurança, do trabalho, e da melhoria para a juventude, com esperança para os adultos de emprego.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como observamos ao longo do texto, dentro da Região Metropolitana de Manaus - RMM encontram-se diversos núcleos de atratividade espalhados pelos diversos municípios e desencadeados por razões específicas e regionalizadas, sejam elas sociais, econômicas ou geográficas.

No Careiro da Várzea o distrito Gutierrez possui este poder de atratividade latente,



que poderá ser intensificado a partir do tráfego gerado pela da reabertura da BR 319. Já em Rio Preto da Eva, os ramais localizados no entorno do núcleo urbano, como o Baixo Rio e Francisca Mendes, tendem a serem incorporados a este núcleo. Este processo ocorrerá a partir de loteamentos, construção de condomínios e áreas de lazer, podendo atrair moradores para o município pela sua proximidade e fácil acesso a capital.

Em Itacoatiara, destacam-se os distritos de Novo Remanso e a Vila do Engenho que já apresentam uma pequena estrutura urbana com aparelhos sociais como escolas, hospitais, comércios, entre outros. Recentemente, vivenciaram um processo de expansão causado pelo regresso de antigos moradores que foram beneficiados pelo Programa de habitação PROSAMIM, do Governo do Estado. A tendência observada é de que com o aumento de sua atratividade gera um crescimento populacional e adensamento urbano.

Ainda em Itacoatiara, a implantação de universidades como a UFAM - Universidade Federal do Amazonas, o IFAM - Instituto Federal do Amazonas e a UEA - Universidade Estadual do Amazonas tornou este município um Polo Universitário e trouxe desenvolvimento para o setor imobiliário, de serviço e modernização para os estabelecimentos comerciais. Em Iranduba, além da faixa que já está sendo planejada para ocupação, verifica-se a intensificação da compra e venda de propriedades nos ramais que possuem pequenos núcleos, com alguma infraestrutura urbana e fácil acesso à rodovia Manuel Urbano.

Demonstrando o interesse imobiliário e fragilidade destas comunidades frente ao processo de modernização advindo do acesso criado com a ponte, que liga a região com a área urbana de Manaus. A ponte também promoveu o crescimento dos estabelecimentos ao longo da rodovia, com ampliação, melhorias e surgimento de novos empreendimentos voltados ao atendimento dos turistas manauaras que buscam lazer no município nos feriados e fins de semana. Além disso, a construção da cidade universitária e de condomínios também apontam para o desenvolvimento deste município nos próximos anos.

Em Presidente Figueiredo, devido à pequena distância, a boa qualidade da BR 174 até a sede municipal e os atrativos naturais, principalmente as cachoeiras, a tendência é de manter-se como local de lazer do público manauara e de turistas que visitam a capital, tendo crescimento moderado pela demanda turística e pela exploração de seus recursos naturais: uso dos recursos hídricos, exploração comercial da água mineral, extração de minérios de seu solo e belezas naturais pelo turismo ecológico.

Nas demais cidades a baixa densidade demográfica, o acesso ainda precário, bem como, as dificuldades da infraestrutura urbana devem reduzir os impactos oriundos da pressão exercida por Manaus. Por um lado, a garantia de um mercado consumidor para os produtos agrícolas e os repasses para os municípios, e por outro, as discrepâncias entre as duas realidades que resultam em pressão social e migração rural que alimenta as periferias da capital e fornece mão de obra com pouca

ou nenhuma qualificação que se submetem a subempregos ou ao mercado informal.

A RMM tem o desafio de articular uma série de regiões com características e dinâmicas ligadas aos rios, e áreas rurais de várzea e terra-firme, com as pressões oriundas de demandas urbanas advindas de Manaus. Criar as conexões entre estas é um desafio que pode ajudar a estruturar o cinturão verde que abastece a capital ou mesmo leva-lo à falência, o que como consequência afetaria a própria capital manauara. A construção do equilíbrio, para não usar o jargão da sustentabilidade, entre a floresta e a cidade vai depender das políticas públicas de incentivo as pequenas comunidades e unidades produtivas que estão espelhadas na RMM.

Ressaltamos que o Polo Industrial de Manaus no auge dos seus 50 anos de existência e da chegada da indústria 4.0, que corresponde a mais uma período de grandes mudanças nos aspectos social, econômico e ambiental, nos faz refletir que necessitamos de um modelo paralelo regional endógeno que possa aproveitar as potencialidades regionais de cada município conciliando a tríade: economia, sociedade e meio ambiente.

Ademais, necessitamos colocar em prática os pressupostos do desenvolvimento idealizado e expansivo buscando melhorias de acesso à educação, a liberdade política, um atendimento de saúde adequado, acesso à saneamento e água tratada, segurança, melhores condições de trabalho, melhoria para a juventude e esperança para os adultos.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B.K. **A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental**. In: Atlas: Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento. Brasília: MMA, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: A Guerra na Floresta**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. **Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental**. In: O Urbano e Rural na Amazônia. ed. Belém: Editora da UFPA, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues de. CALEGÁRIO, Cristina Lélis Leal. MARTINHAGO, Dariana Zanella. **Plano Diretor e Desenvolvimento Regional: Um Estudo de uma Microrregião do Sul de Minas Gerais**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A3044.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, José Aldemir. **A vivência nas cidades da Amazônia**: algumas reflexões. Salvador, Cadernos CEAS, nº 207, setembro, 2003.

RIBEIRO, M.A.C. **A Complexidade da Rede Urbana Amazônica**: três dimensões de análise. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª edição. São Paulo: Editora: Hucitec, 1999.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Notas sobre a Tipificação da Rede Urbana na Calha do Rio Solimões, Amazonas**. XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém: Anais, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p

SRMM – **Secretaria da Região Metropolitana de Manaus**. In: [www.srmm.am.gov.br](http://www.srmm.am.gov.br). Acesso em: 15/04/2010.

TONEDO JR. R. **Proposta para a Avaliação dos Polos de Desenvolvimento Integrado**. Banco do Nordeste, Fortaleza, 2004. 272 p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção. Atitudes e Valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: um estudo do homem nos trópicos. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**MICHELE LINS ARACATY E SILVA** - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

## **SOBRE OS AUTORES**

**ERASMO MOREIRA DE CARVALHO** - Doutor em Administração (UFRGS). Mestre em Controladoria e Contabilidade (USP). Contador (UNIR). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/8502022700637033>.

**FÁBIO RODRIGUES** - Mestre em Políticas de Gestão Ambiental (UFAM). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UNESP /Araraquara/ SP). Docente no Curso de Tecnologia em Gestão Comercial (UEA). [fbio1961@gmail.com](mailto:fbio1961@gmail.com). <http://lattes.cnpq.br/8295291098017496>.

**FELIPE ADDOR** - Doutor em planejamento urbano e Regional (UFRJ). Mestre em Engenharia de Produção. Graduação em Engenharia de Produção. Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/4471650676535041>.

**FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO** - Doutor em Administração (USP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administrador (UFBA). Docente do Departamento de administração da UFRO. <http://lattes.cnpq.br/9627466972854043>.

**ISADORA CONCEIÇÃO TRINDADE PIRES** - Pós-graduanda em Gestão Pública (UEA/ESO). Bacharela em Administração (UFAM). [isatrindadp@gmail.com](mailto:isatrindadp@gmail.com). <http://lattes.cnpq.br/0237657926027288>.

**IZABEL CRISTINA COSTA DE SOUZA** - Acadêmica do Curso de Administração (UFAM) Analista de Planejamento e Controle da Produção na Inventus Power. <http://lattes.cnpq.br/17370a38593890832>.

**JUDILENE SARMENTO FERNANDES** - Pós-graduada em Gestão de Controladoria e Auditoria. Bacharela em Administração (UFAM). Atua no Conselho Regional de Odontologia do Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/3074918627674084>.

**JULIANO CRISTHIAN SILVA** – Mestre em Educação (UNIR). Especialista em Gestão Pública pelo (IFPR). Administrador (União das Escolas Superiores de Cacoal/RO). Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/3496211980778375>.

**KÁTIA VIANA CAVALCANTE** - Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente do CCA (UFAM). <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

**MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR** - Doutor em Gestão da Biotecnologia (UFAM). Mestre em Engenharia de Produção (UFAM). Administrador (UFAM). Docente do Departamento de Administração (UFAM). [manjr26@hotmail.com](mailto:manjr26@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

br/0403290330724360.

**MARCELA FRÓES DA COSTA** - Especialista em Marketing; Administradora (LITERATUS). Tutora externo (UNIASSELVI). Tutora a distância (UFAM). Tutor-presencial Faculdade Anhanguera. marcefroes@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1495432952116538>.

**MARILUCE PAES DE SOUZA** - Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administradora (UFRO). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>.

**MAURO MAURÍCIO BARBOSA LUCAS** - Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). mauricio\_barbosa15@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0341557386153959>.

**MICHELE LINS ARACATY E SILVA** - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

**NERINE LÚCIA ALVES DE CARVALHO** - Mestra em Engenharia de Produção (UFAM). Graduada em Processamento de Dados (UFAM). Analista de Tecnologia da Informação (PROTEC/UFAM). nerinebotelho@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6631204639385569>.

**NÚBIA GONZAGA** - Mestranda do Programa Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Economista. <http://lattes.cnpq.br/4052628022042108>.

**OSMAR SIENA** - Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração (UFSC). Graduado em Física (UEL). É docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). <http://lattes.cnpq.br/5424632182909652>.

**RAUL AFONSO POMMER BARBOSA** – Mestrando em em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Graduado em MBA Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Rondônia (FARO). Pós-Graduando em MBA Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). <http://lattes.cnpq.br/9136549262197723>

**RUTE HOLANDA LOPES** - Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM). Mestra em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (CIESA). Docente do ICET (UFAM). rutehlopes@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3678444694216259>.

**RWRSILANY SILVA** – mestranda em Administração (UFRO). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Porto Velho). Especialista em Contabilidade

Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (UCAM). Docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). <http://lattes.cnpq.br/8568891286300237>.

**SAIANE BARROS DE SOUZA** - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Administradora (Faculdades Integradas de Cacao). Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/5775822635702935>.

**SIDNEY LIANZA** - Doutor em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Graduado em Engenharia Civil (Instituto Mauá de Tecnologia). Docente da UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/7158503469311571>.

**SUELÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO ALBUQUERQUE** - Doutora em Ciências da Educação (Nihon Gakko). Mestrado em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (URCA). Docente da FAMETRO e da FST. [suefi@hotmail.com](mailto:suefi@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/1306989016980637>

**TAISA VANESSA DE SOUSA COLARES** - Bacharela em Ciências Econômicas (UFAM); [taisa.vanessa@hotmail.com](mailto:taisa.vanessa@hotmail.com).

**TASSIO FRANCHI** - Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP. Graduado em História (UEL). Docente da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) <http://lattes.cnpq.br/1943886460410008>.

**THELMA JAKLINY MARTINS ARRUDA** - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Especialização MBA em Gestão de Pessoas pela Faculdade da Amazônia FAAM /Gama Filho/ I DAAM. Administradora (UFAM). Funcionária da SUFRAMA. <http://lattes.cnpq.br/4853729694712564>.

**THEÓFILO ALVES DE SOUZA** - Doutor em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Administração (UFSC). Administrador (Machenzie/RJ). Docente do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). <http://lattes.cnpq.br/1186096515283683>.

**THIAGO JOSÉ SAMPAIO KAISER** – Mestre em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED. Graduado em Desenvolvimento de Sistemas de Informação (UNESC). E-mail: [thiagokaiser@outlook.com](mailto:thiagokaiser@outlook.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024397424985510>.

**TIAGO SAMPAIO BRITO** - Mestrando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). [tiagoobrito@gmail.com](mailto:tiagoobrito@gmail.com). <http://lattes.cnpq.br/8837129036478002>.

**WILLIAN CARNEIRO TAVARES** - Acadêmico do Curso de Administração (UFAM).  
Atua no Sinetram. <http://lattes.cnpq.br/4829554394186550>.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-249-4

